ATA Nº. 11

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Isaura da Conceição Serra Barreiros - *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – *1ª. Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – *2º. Secretário*

E os membros:

Paula Alexandra Bexiga Pastaneira, José Manuel Nunes Pinto; Isalina de Jesus Pereira; Paulo Alexandre Reis da Silva; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Pedro Manuel Martins Silveira; Lara Guadalupe Gingão Coelho; Maria Manuel Pimpão Gabriel; José Júlio Ferreira dos Loios; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Rui Manuel Cosme Estriga; e José Joaquim Branco Lopes.

Faltaram, por motivo justificado: Joana Rosa Martins Carreiras;

António Francisco Correia Traguedo que, nos termos do artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foi substituído por *Bruno Miguel Teixeira Queirós*;

Tomás Inácio de Paiva Calhau que, nos termos do artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foi substituído pela Sandra Alpiarça;

Helena Isabel Maneiras Espadaneira, Presidente da Junta de Freguesia de Arraiolos substituída pelo secretário Carlos Loios;

Daniel Fernando Canôa Coelho, Presidente da União de freguesias de Gafanhoeira e Sabugueiro *substituído* pela secretária Idália Charneca;

Do órgão executivo estavam presentes, a Srª. Presidente e os Vereadores Jorge Macau, João Campos, Delfina Lima e Carla Romana.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Usando da palavra a Presidente da A. M. informou que a ata da sessão de 28/02 seria apresentada na próxima sessão.

Deu ainda conhecimento que em relação à proposta de criação de um grupo de trabalho para preparação da Assembleia Municipal Jovem ficaria constituído além dos membros da Mesa, pelos: Pedro Silveira indicado pela CDU; Maria Manuel Gabriel pelo PS e pela única eleita do PSD, Joana Carreiras, solicitando que os mesmos no final da reunião aguardassem de forma a agendarem nova reunião.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- *Paula Pastaneira* levantou questões relativas às seguintes matérias: Arrendamento coercivo – referiu que a C. M. não identificou qualquer edifício do concelho, questionando qual a posição do executivo sobre o assunto; Arrendamento de propriedade do Município (espaço da antiga loja das bicicletas) – tendo tomado conhecimento que irá ser entregue o aluguer à Técnica do Desporto da C.M. para exploração de ginásio, questionando se foram acautelados os termos legais de forma a não haver problemas, embora considere um bom projeto e de certo com grande aceitação da população, no entanto, deverá haver transparência em todo o processo; Obras do Parque de Feiras e Zona Envolvente referiu que lhe parece não ter fim perguntando se já há previsão; Questionou quando se prevê a abertura do campo de padel em Igrejinha, uma vez que segundo informação está concluído. Referiu que o vidro do campo de padel em Arraiolos está partido necessitando da sua reparação. Finalizou expondo situação já anteriormente colocada em anterior reunião deste órgão, relativamente à possibilidade de ser encontrada uma solução para que os finalistas pudessem explorar o bar/cafetaria do Multiusos por ocasião das "Tasquinhas", uma vez que será uma forma de angariação de fundos.

- José Pinto endereçou votos de boas vindas a este órgão da eleita Idália Charneca. Manifestou o seu desagrado pela ausência quase massiva dos eleitos do Partido Socialista na sessão comemorativa do 25 de Abril, recordando as várias insistências neste órgão para que fosse aberta à participação de todos os partidos com a argumentação da liberdade e democracia, quando depois se ausentam.

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa informou que, seguindo o critério habitual, iria dar a palavra à Presidente da C. M. para responder, caso entenda, às questões colocadas, seguindo-se um segundo período de questões.

A Presidente da C. M. alegou relativamente ao arrendamento coercivo que não foi enviada qualquer informação, até porque são da opinião que o Estado devia dar uma resposta imediata relativamente

aos edifícios de sua propriedade, citando, os que ficam perto das Finanças e um outro na Rua da Misericórdia, que deveriam ser disponibilizados para arrendamento. Informou que relativamente ao arrendamento do antigo espaço das bicicletas, resultou de abertura de edital com indicação de um valor base (200,00 €) e com indicação de prioridade para atividades de ginásio, tendo concorrido 3 interessados, cuja proposta mais vantajosa tanto a nível de preço como da atividade foi apresentada pela Patrícia Correia, tendo sido condicionado o prazo de 3 meses para apresentação e inicio do projeto, estando salvaguardados todos os trâmites legais. Quanto às obras do parque de feiras reconheceu que tem havido grande atraso por parte da empresa, esperando que até ao final do ano esteja concluída, o que irá inviabilizar a realização da feira, optando a C. M. pelo mesmo modelo do ano passado. Sobre o campo padel em Igrejinha informou estar em falta trabalhos de calceteiro, pelo que só poderá agendar a abertura após a conclusão, quanto ao campo de Arraiolos já foi providenciado o pedido de reparação. Relativamente ao assunto dos finalistas informou que no ano passado esclareceu que a C. M. não iria mais ceder o espaço dado que a cozinha não reúne as condições, e, de acordo com as normas legais não é permitido a utilização de alimentos confecionados em casa, pois perante uma fiscalização da ASAE traria problemas para a Associação que apoia e para a C.M., assim, disponibilizaram-se para apoiar noutras iniciativas que queiram desenvolver.

A Presidente da A.M. informou que se iria ausentar por uns minutos, passando a presidir a 1ª. Secretária, *Catarina Loios.*

Conforme inscrições intervieram:

- Paulo Silva apresentou uma proposta de MOÇÃO intitulada "Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático" propondo a sua aprovação

"*Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.*

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores

ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e caraterísticas ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao desmantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o Poder Local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do Poder Local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Em vésperas do 1º de Maio – Dia do trabalhador apelamos a que o dia do trabalhador seja recordado e assinalado como um dia de luta, por mais trabalho com direitos, uma das principais conquistas de Abril. Foi Abril que trouxe o salário mínimo nacional, o subsídio de férias, o subsídio de Natal, a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas, e muitos outros direitos que atualmente estão ameaçados e é preciso e urgente continuar a lutar por trabalho com direitos pois o que Abril nos trouxe, foi o resultado da luta de muitos resistentes que durante quatro décadas lutaram por estas e outras conquistas.

Porque a luta é o caminho, apelamos a todos para continuarmos a luta, para comemorar Abril, porque Abril pertence ao Povo.

A Assembleia Municipal de Arraiolos, reunida a 26 de Abril de 2023, delibera:

1. *Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;*
2. *Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;*
3. *Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*
4. *Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;*
5. *Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;*
6. *Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que representou como ato de emancipação, democracia e liberdade.*

Viva o 25 de Abril e o 1º de Maio!

Viva o Poder Local. Democrático!

Viva a Liberdade!"

- *Maria Manuel Gabriel* questionou se apenas a proposta de Moção agora apresentada se encontrava para discussão, ou se seriam mais, uma vez que recebeu novo e-mail com outras Moções, embora considere a ocorrência de erro, dado estarem datadas de 2022, ao que a 1ª. Secretária, Catarina Loios informou que se trata de uma única proposta, de qualquer forma, não tendo ocorrido com todos, outros eleitos já tinham reportado essa situação à Mesa da Assembleia.

Tendo retomado à reunião a Presidente da A. M. informou que iriam passar essa informação ao serviço de informática para verificação da situação.

- *Manuel Cabeça i*nterveio reconhecendo que a data comemorativa ocorrida ontem – 25 de Abril – é de louvar e de enaltecer, tendo em muita consideração e em memória futura, pois temos que ter atenção ao que se passa no País e por toda a Europa relativamente ao populismo e ao extremismo que nos estão a assolar. Felicitou a C. M. pela melhoria da Internet neste edifício, que ultimamente revela alguma qualidade. Relativamente à posição do s/ partido nas comemorações do 25 de Abril manifestou agrado pelo reconhecimento da alteração consequente da insistência do PS, no entanto, verifica que ainda não são profissionais da política como alguns elementos da CDU que só se dedicam à militância política ou partidária, todavia, justificou que a sua ausência se deveu a razões pessoais. Afirmou que iria ser favorável à MOÇÃO, felicitando, pelo teor da mesma, que revela pela primeira vez que a CDU quer olhar o futuro, sem estar a remoer no passado. Finalizou, referindo compreender o atraso das obras, pois enquanto não há eleições há que atrasar para terem obras para inaugurar, até porque já ocorreu noutras ocasiões, citando o caso, do Multiusos, do Cine-Teatro, etc.
- *José Pinto* questionou quando foram abertas as propostas relativamente ao arrendamento do antigo espaço das bicicletas.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da A. M. passou à votação da MOÇÃO, verificando-se que foi aprovada, por unanimidade.

Esgotadas as inscrições, foi encerrado este período passando à ordem de trabalhos.

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. ***Apreciação da Atividade Municipal;***
2. ***Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022;***

3. ***Alteração do Mapa de Pessoal.***

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

Presente informação emitida pela Srª. Presidente da C. M. no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativamente à atividade municipal que decorreu entre os finais de fevereiro e meados de abril, a qual foi remetida a todos os membros, antecipadamente.

Sobre a mesma, foram levantadas questões pelos membros:

- *Manuel Cabeça* colocou as seguintes questões*:* 1ª.- Sobre os temas focados na reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, dado que no concelho têm havido inúmeras reclamações e observações sobre o funcionamento da Unidade; 2ª. - Sobre o número reduzido dos apoios concedidos no âmbito dos ATL's da Páscoa; 3ª.- Sobre a reunião do Conselho Municipal de Educação se foram definidas novas orientações, face à nova composição.

A Srª. Presidente da C. M. informou que o Ministério da Saúde esteve no Distrito de Évora e num só dia visitaram e reuniram com vários Municípios, tendo, no nosso caso concreto, sido realizada reunião com o Sr. Secretário de Estado em que se debateram os motivos que levam à não assinatura do Acordo de Transferências de Competências - não estarem salvaguardas as questões dos recursos humanos que estão efetivamente ao serviço, ou seja, a existência de assistentes operacionais sem contrato (precários) e ainda os recursos financeiros que são muito inferiores às despesas reais. Referiu ter sido abordada uma situação muito preocupante, a falta de médicos da Unidade de Saúde, que a curto prazo poderá vir a ficar com apenas 3, pondo em causa o funcionamento dos vários postos no concelho, situação esta que foi reafirmada pela Srª. Diretora da Unidade, Drª. Mónima, aquando da visita às instalações, cujo espaço foi projetado para acolher outros serviços essenciais. Sobre os ATL Páscoa informou que o número foi muito semelhante ao ano anterior, no entanto, uma vez que acolhe apenas as crianças do 1º. Ciclo, havendo resposta para os da Pré-Primária. Quanto à reunião do Conselho Municipal de Educação foi com o grupo de trabalho dos transportes escolares, em que participaram a CIMAC, Rodoviária e DGESTE., para definirem os circuitos para o próximo ano letivo.

Foi aberta uma segunda ronda de inscrições para uso da palavra.

José Pinto pediu esclarecimento sobre o arrendamento do antigo espaço das bicicletas, quanto à pergunta formulada na intervenção da ronda anterior, nomeadamente, quando foram abertas as propostas.

- Rui Estriga falou sobre a saída de um médico no concelho de Arraiolos que presta serviço no Vimieiro o que para além de afetar a população da freguesia de Vimieiro, afeta também todo o concelho. Foi feita uma proposta a um médico que esteve na Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro, ele até aceitou, mas segundo a diretora da ACES, Dr.ª Helena Gonçalves, ficou definido que ele iria para Portel e ele que aceitou. Deveria de haver uma estratégia concertada com o Município e com todas as freguesias do concelho para que em conjunto pressionar as entidades competentes para que se encontre uma solução para a resolução deste problema.
- Manuel Cabeça disse que, na sequência da mesma conversa do colega, ouve-se falar um pouco por todo o país que há incentivos de âmbito municipal e sabendo que o PCP remete sempre para as questões do poder nacional, das competências e da distribuição de competência, pergunta qual é o papel que competirá ao município em dar resposta às necessidades do município dos elementos e da população que aqui vive. Nessa perspetiva acha interessante, e afirmando estarem disponíveis, para equacionar as medidas que venham ao encontro dessa necessidade de modo que possamos responder atempada e adequadamente a esta necessidade. Consegue compreender a questão colocada pelo seu colega como é que uma pessoa vai para concelhos limítrofes, sejam quais forem as vantagens ou mais valias que possam ter, e não se fixem aqui dada a proximidade que há com a capital de distrito e as acessibilidades que aqui existem. Nessa perspetiva concorda com a Sr.ª Presidente na manifesta dificuldade do Serviço Nacional de Saúde na fixação de médicos e também na necessidade de haver, por parte do município, complementaridade na questão de apoios à sua fixação e dar uma resposta cabal aos seus munícipes.

A Srª. Presidente da C.M. informou que a abertura das propostas para arrendamento do espaço das bicicletas ocorreu no dia 20 de abril e a ata de abertura foi à reunião da C.M. realizada no dia desta Assembleia, dia 26 de abril.

Relativamente à questões que estão a ser colocadas, relativamente à falta de médicos de família, procuramos fazer tudo aquilo que esteja dentro das nossas competências, uma coisa são competências da Câmara outra são competências do estado. Referindo que há dificuldades em fixar médicos no Serviço Nacional de Saúde, mas que o Estado tem injetado dinheiro nos particulares e esvaziado o Serviço Nacional de Saúde e agora vêm pedir às Câmaras que façam o papel que o estado devia fazer, não estranhando esta atitude e esta proposta do PS, até porque já estamos habituados a que nos sacudam para cima todos os problemas que têm, é também o que tem acontecido com as competências, tudo o que dá problemas as câmaras que resolvam. É incrível e surreal que se proponha às Câmaras que fixem os médicos. O estado que crie as condições para a

fixação dos médicos porque efetivamente essa é uma competência do estado. É preocupante esta falta de médicos e o estado é que tem que criar esses incentivos. Questiona porque não se formam mais pessoas em medicina com tão bons alunos que temos? Porque os deixamos irem para o estrangeiro ou para o serviço privado? Este assunto deve ser debatido e discutido com seriedade, porque efetivamente, cada vez mais, temos mais portugueses que só têm acesso ao Serviço Nacional de Saúde e não há dúvida que o Serviço Nacional de Saúde é uma das melhores riquezas que Portugal tem, não há nenhum país que tenha um Serviço Nacional de Saúde tão bom como o nosso e tudo isso foi resultado de abril, sem qualquer dúvida e nesse ponto estaremos de acordo, mas temos que continuar a lutar por ele e permitir que o país e todos os portugueses sejam tratados com igualdade. É não haver diferenciação de tratamento entre municípios. Não municipalizar a saúde, a saúde tem que ser tratada pelo estado, fixar médicos, formar mais pessoas na área da medicina.

Manuel Cabeça interrompeu a intervenção da Srª Presidente da C.M. para a questionar, contudo a Presidente da Mesa interveio referindo que não poderia permitir que interrompesse o discurso da Sr.ª Presidente e que, em democracia, todos têm direito ao uso da palavra, mas o funcionamento da assembleia deve ser respeitado de acordo com o previsto no seu Regimento. A tentativa de interromper as intervenções, quer do executivo quer de outros membros da assembleia, não são permitidas.

Em conclusão a Sr.ª Presidente disse que relativamente a esta questão de iniciativas ou medidas para a fixação dos médicos, o executivo concorda que esta é uma competência do estado.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2021-2025.

2. *RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022.*

Pela Sr.ª Presidente da C. M. foi feita uma breve explicação sobre o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2022, devidamente elaborados de acordo com a legislação em vigor, destacando o aumento das despesas com pessoal devido à integração no mapa de pessoal dos trabalhadores transferidos no âmbito das transferências de competências em matéria de educação, ao aumento dos vencimentos e devido ao aumento das horas extraordinárias dos trabalhadores, pelo facto de se ter voltado a dinamizar as atividades ao fim de semana e final do dia, o que representou um acréscimo em relação a 2021 de 380.622,41€, em despesas com pessoal.

Salientou ainda que revela um resultado líquido negativo em 1.015.900,10€, enquanto em 2021 o valor era de 57.195,37€ negativos, justificado com o aumento no investimento, o aumento dos

custos com pessoal, o aumento de serviços externos. Realçou a boa "saúde" financeira do município e o cumprimento das normas exigidas e o grau de execução financeira.
O relatório revela um investimento nas mais diversas áreas, na educação, na área social, no apoio às famílias, às associações, ao desenvolvimeento económico, como por ex. o Parque Industrial do Vimieiro, entre outros.
Sobre o documento interveio a Maria Manuel Gabriel que levantou algumas dúvidas sobre o valor real do saldo, uma vez que não coincide em várias páginas onde é referenciado. Questionou sobre a percentagem de execução, ou seja, o que ficou por realizar, sobre o aumento das taxas e quotizações, o contrato a termo incerto, a que se refere, sobre o que respeita equipamentos biológicos e sobre as medidas que irão tomar de forma a reaver as dívidas de água.
A srª. Presidente da C. M. em conjunto com a Técnica do serviço financeiro esclareceram as dúvidas do saldo. Sobre o valor do grau de execução referiu que a redução se deve à obra do parque de feiras, relativamente ao aumento das taxas e quotização respeita ao aumento das transferências à CIMAC. Quanto aos equipamentos biológicos refere-se à aquisição de árvores, relativamente às dívidas de água informou que o aumento se deveu ao periodo da pandemia estando a ser feito um esforço para reaver. Relativamente ao contrato a termo incerto é uma funcionária que vem do agrupamento de escolas. O contrato a termo certo é o jurista.
Passando-se à votação foi o documento, aprovado por maioria, com 13 votos favoráveis e 6 votos contra.

3. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL:

Submetida uma proposta da Câmara Municipal relativa à alteração ao Mapa de Pessoal 2023, tendo a Presidente da C. M. feito uma breve explicação destacando os lugares a criar - cargos de direção intermédia de terceiro grau ou inferior da Unidade de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças, Unidade de Desporto e Associativismo e Unidade de Educação e um lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil. Nesta alteração foram feitos os ajustes já com os operacionais que já entraram.

Sobre o assunto intervieram:

- Manuel Cabeça que questionou se são retiradas competências em relação aos Bombeiros Voluntários de Arraiolos.
- *Paula Pastaneira* referiu que tendo conhecimento que o lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil é por nomeação questionou se já havia alguém para ocupação da vaga.

A Presidente da C. M. informou que na área da proteção civil há protocolos estabelecidos com os B.V.A., no entanto, dada a diversificação de competências e da própria legislação há a necessidade

de uma pessoa com experiência de forma a dedicar-se a tempo inteiro. Referiu haver nomes apontados para o lugar, no entanto, não houve ainda decisão, confirmando tratar-se de um lugar de nomeação não sujeito a concurso mas a lei exige que esteja previsto no mapa de pessoal.

INTERVENÇÃO DE PÚBLICO

Dada a exisência de público a Presidente da A. M. informou não ter havido qualquer inscrição, contudo, colocou à consideração a possiblidade de intervirem, ao que indicaram nao estarem interessados.

Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação sendo a proposta aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a acrescentar, foi encerrado este período, passando a palavra à 1.ª Secretária para a leitura da minuta das deliberações.

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 21,50 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra

Catarina Caetano Carneiro dos Anjos

Rosalina